

Cuiabá inaugura novo viaduto na próxima quarta



Luiz Alves

Após realizar mais uma vistoria no viaduto Murilo Domingos, o prefeito Emanuel Pinheiro destacou toda responsabilidade e zelo aplicado pela Prefeitura de Cuiabá durante a obra do elevado. A construção da estrutura, localizada na Avenida Manoel José de Arruda (Av. Beira Rio), está na fase final e, conforme reafirmado pelo chefe do Executivo na quinta-feira (29), será entregue à população no próximo dia 5 de maio, às 18h30

PÁG. 4



Gilberto Leite

"Agora vou poder comprar comida"

O governador Mauro Mendes (DEM) e a primeira-dama Virgínia Mendes entregaram os primeiros cartões do programa 'Ser Família Emergencial', programa assistencial do governo do Estado para 'aliviar' a crise trazida pela pandemia. Primeira a receber o cartão, a senhora Maria Quitéria, 52 anos, desabou em lágrimas diante do governador.

PÁG. 6

Mauro promete pagar RGA de 2018 em maio

O governador Mauro Mendes (DEM) revelou na sexta-feira (30) que pretende pagar a Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores públicos ainda no mês de maio. O reajuste a ser pago é de 2%. A previsão do governo é que em maio o Estado deverá atingir o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estipula o gasto máximo de 49% da Receita Corrente Líquida (RCL) com a folha salarial

PÁG. 3

Segunda onda abala a construção civil

O setor da construção civil enfrenta o quarto mês consecutivo de queda da confiança do empresário. O Índice de Confiança da Construção (ICST) caiu e atingiu 85 pontos na passagem de março para abril, o menor nível desde julho de 2020. O resultado é reflexo da preocupação com a escassez de matéria-prima e a elevação dos custos de produção, além do agravamento da pandemia. Com isso, caiu também a expectativa de geração de empregos

PÁG. 7

Juiz proíbe ICMS sobre a energia solar

PxHere



O governo de Mato Grosso e a concessionária Energisa estão proibidos de cobrar ICMS sobre a tarifa de utilização do sistema de distribuição de energia (TUSD). A determinação consta em liminar expedida pelo juiz Carlos Roberto Barros de Campos, da Segunda Vara Especializada da Fazenda Pública de Cuiabá, em ação movida por uma consumidora de capital. Conforme o magistrado, não há relação de comércio na compensação de créditos de energia utilizada pelos painéis solares, pois a resolução da Aneel estipula que a energia é emprestada gratuitamente para posterior ressarcimento ao consumidor

PÁG. 3

AL estuda 'forçar' a Isenção de aposentados

Gilberto Leite



A proposta do governo para ampliar a faixa de isenção da contribuição previdenciária de 14% não foi aceita pelos deputados na reunião do Colégio de Líderes. Diante do impasse, os parlamentares já estudam a criação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para 'forçar' a isenção até o teto do INSS, hoje em R\$ 6,4 mil. Com a manobra, será possível escapar do veto do governador, mas terá início uma batalha jurídica

PÁG. 5

EDITORIAL

Conta-gotas

Enfim vemos uma aceleração no Programa Nacional de Imunização contra a covid-19, embora ainda estejamos muito longe do ideal. O Brasil recebeu 7,9 milhões de doses de vacina nas últimas 24h, o que dá certo alívio, pois permitirá imunizar pelo menos 3,9 milhões de brasileiros nos próximos dias. A conta-gotas as vacinas vão chegando e damos pequenos passos na vitória sobre o vírus. Ainda assim, é difícil digerir a dura derrota que nós, mato-grossenses, sofremos no começo desta semana com a negativa da importação da Sputnik V.

A recusa da Anvisa à vacina russa virou assunto internacional e dividiu opinião de especialistas dentro e fora do país. O principal motivo para a rejeição foram os documentos apresentados pelo próprio Fundo Soberano Russo, responsável por negociar a vacina, que apontavam a presença de um vírus causador do resfriado comum em meio ao imunizante. O Instituto Gamaleya, que fabrica a vacina, nega a presença dos tais adenovírus, o que levou o governo russo a subir o tom e ameaçar um processo contra a Anvisa.

Se os documentos dizem uma coisa e a autoridade que os escreveu diz outra, caberia a 'prova dos nove', que a Anvisa admitiu não ter feito. Digo: não foram feitos exames específicos para verificar a presença do adenovírus nos lotes da vacina fabricada. Restou o dito pelo não dito. A única certeza que temos é que essa história ainda vai dar muito pano pra manga, já que os governadores que compraram a Sputnik não estão dispostos a simplesmente aguardar o fornecimento das vacinas pelo Ministério da Saúde.

Uma nova prova virá nos próximos dias, pois a Agência Europeia de Medicamentos (EMA) já concluiu a inspeção das fá-

bricas da Sputnik V e está próxima de apresentar seu parecer. O resultado da análise da agência reguladora europeia é aguardado por várias nações do Velho Continente, como Alemanha e Áustria, que também veem na vacina russa uma oportunidade de acelerar seus próprios programas de imunização.

Fato é que faltam vacinas em todo o mundo e a crise pode se intensificar com o agravamento da pandemia na Índia, onde está localizado a maior fábrica de vacinas do mundo. Diante desta situação, se torna cada vez mais urgente a aprovação do projeto de lei que permitirá ao Brasil produzir o Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) e



a fabricação de vacinas nas indústrias de medicamentos veterinários. A matéria já foi aprovada no Senado, mas agora está parada na Câmara Federal.

Por hora, o vírus está ganhando essa guerra. Precisamos de todas as armas que nos permitam virar o jogo. Queremos crer que esse é o mesmo pensamento das autoridades públicas que coordenam o combate a pandemia no Brasil.

Prioridades na vacinação

Luis Gimenez (*)

Como médico e deputado, venho trabalhando para que dois grupos entrem urgentemente na lista de prioridades de vacinação em Mato Grosso: as gestantes e os professores. É inegável que precisamos reduzir a taxa de óbitos entre mulheres grávidas e no puerpério, mas também precisamos tratar a educação como prioridade.

Para o primeiro grupo, apresentei o projeto de lei 255/2021, que tramita na Assembleia Legislativa propondo incluir as gestantes (em especial a partir do 6º mês) e mães de recém-nascidos no plano estadual de imunização, logo após a vacinação dos idosos.

Essa propositura segue orientação do Ministério da Saúde, que em 15 de março já havia incluído as gestantes com comorbidades e que, nesta semana, encaminhou nota técnica aos secretários estaduais de Saúde com as novas orientações. Uma boa notícia!

A estimativa é que existam 3 milhões de gestantes e puérperas no país, que devem ter acesso à primeira dose até o final de maio

(data não oficial). O governador do estado já se posicionou favorável e pediu a inclusão delas no plano estadual de imunização à Comissão Intergestora Bipartite de Mato Grosso (CIB/MT), isso na semana passada.

Agora me pergunto, e os profissionais da educação? Sancionada em dezembro, a lei 11.268/2020 - da minha autoria - estabelece que todas as escolas públicas e particulares estejam com ambiente adequado para o retorno das aulas presenciais, com segurança para alunos, familiares e profissionais da educação. Mas sabemos que isso ainda não pode ser cumprido.

Conheço a realidade, sobretudo no interior do estado. Em dois anos de mandato, apresentei mais de 80 pedidos ao governo estadual solicitando reparos básicos em escolas da região oeste, que precisam, por exemplo, de banheiros adequados, pintura, bebedouros e água tratada.

Não foi coerente o parlamento estadual aprovar um projeto de lei colocando a educação "como serviço essencial" na pandemia (inclusive eu votei contra, neste momento), quando as realidades são tão distintas entre

escolas públicas e particulares; entre escolas da capital e do interior e de áreas rurais. Venho sendo muito cobrado e estas são as mensagens que recebo diariamente: "volta às aulas sem vacina, é chacina".

Escutamos que "não podemos perder mais um ano letivo". Mas, enquanto isso, temos mais de 14 milhões de famílias vivendo na extrema pobreza no Brasil, maior número desde 2014, com renda per capita abaixo de R\$ 89. Não temos como falar em déficit educacional nesse contexto de insegurança alimentar e de mortes por Covid-19.

Mato Grosso já ultrapassou 350 mil casos confirmados da doença e 9,5 mil óbitos! Entre março e abril, chegamos a 100 mortes diárias. Não temos leitos de UTI suficientes, municípios enfrentam problemas com o estoque de oxigênio, há falta de material humano, ou seja, de equipe multidisciplinar para conduzir a UTI (enfermeiro, médico, maqueiro, nutricionista, fisioterapeuta, farmacêutico).

Diante desse quadro, minha avaliação é que não há condições do retorno presencial das aulas, não neste momento, porque realmente pode agravar muito a situação da

saúde pública, mas, paralelamente, precisamos cuidar das famílias em condição de pobreza, porque para algumas crianças ir à escola é garantia de refeições diárias.

Destaco ainda como importante a necessidade de sincronia entre os poderes (executivo, legislativo e judiciário) para melhor uniformidade de ações e com isso haver o enfrentamento adequado da crise na saúde pública e na economia. Temos que deixar discussões menores de lado para unir forças por uma causa maior.

A vacinação ao meu ver é um capítulo à parte na novela da pandemia no Brasil. Não sabemos ainda o que nos aguarda, se teremos vacinas disponíveis ou não, quantas, quando, mas, precisamos lutar para que pelo menos as nossas gestantes e também os profissionais da educação ganhem o lugar que merecem, que é de prioridade na fila.

LUIS GIMENEZ é deputado estadual.



Situação Frequente

Lourenbergue Alves (*)

Outro dia, à noitinha, uma pessoa bastante conectada ao jogo político-eleitoral, ao menos era o que dizia sempre e em alto e bom som, chegou a dizer: "O STF e a esquerda no Congresso Nacional se juntaram para derrubar o presidente Bolsonaro". Acreditava mesmo no que dizia, e disse isso em uma roda de conversa com integrantes de um grupo de Whatsapp. Grupo pequeno. Velhos amigos. Ainda dos tempos dos bancos escolares das séries iniciais, em uma escola pública do interior. Depois de certa ausência, eles se reencontraram, e, desta feita, com o pacto de não se separarem mais. Conversavam de um tudo, e diariamente. Sempre com muita descontração. Regada por lembranças. Lembranças que os marcaram. Joaquim, um tanto inquieto, perguntou ao falante: "Qual o fundamento que tens para fazer tal afirmação?"

Silêncio. Sinal algum de alguém a tecer. Incomodado, Joaquim insistiu: "Responda, vai". Nada de resposta. "Uai!" - digitou José. Fora seguido por Marcos: "???????" Mesmo assim, Pedro - quem saiu com a afirmação-bomba - se mantinha mergulha-

do em sua taciturnidade. "O que ganharia o Supremo, com a derrubada do presidente?" - provocou-lhe Manuel. "Amigo Pedro, somos testemunhas da sua capacidade de reflexão... Fale alguma coisa, não nos deixe sem resposta" - provocou Artur, ironicamente. "E aí?..." - nova provocação, desta feita de Alcebiades, o mais brincalhão deles. Por fim, escreveu-lhes Pedro: "Vocês não entendem nadinha de nada". "O que não entendemos?" - indagou-lhe Felipe que, até então, coisa alguma havia dito. "Vamos Pedro, responda..." - provocação do Alfredo, outro que também não havia se manifestado. "Seu sabichão, vais permanecer em silêncio?" - sarcasticamente, voltava à carga Joaquim. "Roubaram a nós e ao nosso país por dezesseis anos..." - dizia o Pedro, quando foi interrompido por Alfredo: "Roubaram-nos!... Verdade?... O que isso tem a ver com a sua afirmação de que a esquerda e o STF se juntaram para derrubar o presidente?" "Pobre amigo, ficou gagá antes do tempo, pois desaprendeu o que aprendeu nas aulas de aritmética, com a professora Perpétua" - brincou Alfredo, sem perder sua tacada irônica.

O riso foi geral. Quase, na verdade. Afinal, o Pedro continuava calado. Por certo,

a bufar-se de raiva. Entre eles, o único que não aguentava a gozação, logo apelava. "Como podes!... Não é possível... Ficaremos sem as respostas" - voltava a instigar Alcebiades. "Não morro de amores por nenhum ministro, mas acusa-los de se juntarem com a esquerda para derrubada do presidente é, no mínimo, fora de lógica, de discernimento das coisas, de racionalidade" - manifestou-se Angélica, a única mulher do grupo, cujo verde dos olhos era bastante cintilante. "Essa é uma lorota, e das grandes... E pior, pensar que somos bobos o bastante para acreditar nela" - antecipou Manuel. "Caro amigo, até que somos bobos, nunca idiotas" - arrematou Angélica. Todos riram. Um deles, claro, não riu. "Idiota! Lembra-se, Pedro, como a escrevia?" "Escrevias e falavas" - corrigiu Manuel. Nova risada no grupo. "Você fazia questão de acrescentar o 'N' antes do 'D' e depois do 'I' - caçoou Alcebiades. "Ríamos todos, e você tiririca de raiva ficava" - lembrou-se Joaquim. "Como não nos lembrar!... Saíam-lhe faíscas dos olhos e os lábios tremiam-lhe de raiva" - brincou Artur. "Vocês são todos uns imbecis" - respondeu-lhes Pedro. "Não entendo como pude ser amigo de uns i..." - dizia, mas interrompeu-se, antes de concluir

a escrita. "Por que parou? Vamos, complete a palavra" - caçoou Angélica. Nova risada. "Como não percebi antes, tenho amigos esquerdotapas, comunistas" - acusava-os Pedro. "Amigo, não apenas desaprendeu o que aprendeu da aritmética, faltara também às aulas de história..." - chamava-lhe a atenção Alcebiades. "Perdeu de vista os conceitos dos termos..." - completou Joaquim. "É uma pena que esqueceste as lições básicas: ser de esquerda não significa que seja comunista" - acrescentou Alcebiades. "Assim como também, caro amigo, ser de direita não significa que seja fascista" - completou Angélica. "Afinal, Pedro, de onde tiraste a informação de que o STF se juntou a esquerda para derrubar o presidente?" - cobrou-lhe Joaquim. "No Almanaque, Google ou nos panfletos das redes sociais?" - questionou-o Manuel. Silêncio. Quebrado por um aviso: 9999... saiu do grupo. Situação frequente. É isto.

LOUREMBERGUE ALVES é professor universitário e analista político.



Pandemia e a linguagem digital

Elaine da Silva (*)

Diante do empeco da pandemia da Coronavírus, que teve seu início em 2019, com ela veio o isolamento social e a suspensão das aulas presenciais. Efetivou-se então, o estudo à distância, EAD. A tendência de crescimento em 2020 permitiu essa ascensão, seguindo o caminho para se tornar mais popular nas escolas, a função e otimizar ainda mais o tempo dos estudantes, tornando o processo de aprendizagem mais direto.

Segundo o MEC, educação à distância é a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, física ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Essa modalidade é regulada por uma legislação específica e pode ser implantada na educação de acordo com último CENSO EAD publicado pela Associação Brasileira de Educação a Distância. Na teoria, o EAD trata a relação de tempo, com o ato de se distanciar de

forma positiva, não como óbice ou dificuldade para que o aprendizado aconteça, porque a educação vai muito além dos espaços físicos das instituições de ensino, muito pelo contrário, esse modelo de ensino permite ao discente o desenvolvimento de sua autonomia, propicia certa liberdade de ação e reflexão, sendo sujeito ativo e participativo na construção do processo de ensino e aprendizado.

As instituições de ensino público estão com suas atividades escolares presenciais suspensas, o que atinge milhões de estudantes em todo o País. O que fez ocorrer a adesão de ensino EAD nas escolas públicas brasileiras. Contudo, a suspensão das aulas é medida essencial para se evitar a propagação da contaminação pela Covid 19, tendo em vista que, a escola é um ambiente comum de contato. Entretanto, há uma acuidade coletiva das autoridades, gestores e professores de que a educação não pode parar, com o objetivo de não perdermos o ano letivo. Surge, então, a necessidade de adaptação e da superação por parte de docentes e discentes a este novo modelo de ensino.

A educação está passando por uma adaptação que abrange toda a comunidade escolar. Os docentes e discentes têm se reinventado, todos os dias. Estão se apropriando de mecanismos tecnológicos acerca de diversos programas, aplicativos, ferramentas que passaram a ser utilizadas, agora, na educação.

Diante do exposto pandêmico são múltiplos os desafios a serem enfrentados por todos e, sem dúvida, o ensino à distância está sendo um desafio no processo ensino/aprendizado, e não está sendo fácil ofertar

ensino mediado pelas tecnologias, tendo em vista, a realidade dos alunos em relação ao acesso tecnológico que ainda é precário e dificulta o atendimento integralizado dos discentes.

No Brasil, os problemas de inclusão digital são reais para uma grande parte da população, efetivando a exclusão digital. Existe uma grande desigualdade no acesso a computadores e à internet de qualidade entre as classes sociais, o que prejudica a aprendizagem dos alunos das classes menos favorecidas. É preciso criar um conjunto de ações favoráveis a fim de efetivar políticas públicas de inclusão digital que atendam esta necessidade emergencial, e que se tornou tão evidente durante a atual crise em que o Brasil se encontra. Oferecer articulação entre educação e tecnologia, de forma íntegra e de maneira somática e emergencial, com equipamentos disponibilizados para as escolas, a fim de produzir conteúdo utilizando diferentes mídias e a disseminação de seu uso pelos professores e alunos.

À vista disso, o exposto texto tem como finalidade contribuir para um debate mais amplo que possa servir aos gestores das atuais políticas educacionais do Estado, de modo a reparar esse tema. Espera-se, com isso, eliminar os entraves das novas tecnologias digitais na sala de aula em Mato Grosso.

*ELAINE APARECIDA MARQUES DA SILVA, pedagoga.



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

TAXAÇÃO DO SOL

Liminar destaca que geração distribuída não é comércio e estipula multa diária de R\$ 10 mil ao Estado e à Energisa em caso de descumprimento

Juiz proíbe ICMS na energia solar



Gabriel Soares

O governo de Mato Grosso e a concessionária Energisa estão proibidos de cobrar ICMS sobre a tarifa de utilização do sistema de distribuição de energia (TUSD). A determinação consta em liminar expedida no final da tarde de quinta-feira (29) pelo juiz Carlos Roberto Barros de Campos, da Segunda Vara Especializada da Fazenda Pública de Cuiabá, em ação movida por uma consumidora da capital.

Conforme o magistrado, não há relação de comércio na compensação de créditos de energia utilizada pelos donos

de painéis solares. Carlos Roberto detalha que a resolução 482/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estipula que a troca de créditos é realizada por meio da doação gratuita de energia, para posterior compensação no prazo de até 5 anos.

“Como se observa na Resolução, a relação jurídica entre o consumidor e a distribuidora de energia elétrica na modalidade de compensação da energia outrora injetada na rede de distribuição, não se caracteriza como ato de mercancia, porquanto se trata de um empréstimo gratuito”, destacou.

Diante disso, o magistrado conclui que não existe relação jurídica que justifique a cobrança de ICMS, já que a energia gerada pelos painéis solares não troca de titularidade. Portanto, não caberia o imposto, pois o mero transporte de mercadorias não constitui fato gerador de ICMS.

O juiz ainda destaca que o Convênio ICMS nº 16 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) estabelece que é autoriza os estados a concederem isenção de ICMS sobre as operações previstas na resolução 482/2012 da Aneel.

“Ex positis, CONCEDO a liminar vindicada; por conseguinte ORDENO que a autoridade coatora se abstenha de exigir o ICMS sobre a tarifa de utilização do sistema de distribuição da energia (TUSD)”, decidiu.

O magistrado estipulou multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento da ordem judicial por parte do governo do Estado e da Energisa.

A decisão foi comemorada pelo deputado Faissal Calil (PV), que postou um vídeo nas redes sociais para mostrar a liminar. Ele tem feito críticas à Energisa e ao governo desde que a cobrança teve início, em abril deste ano, e che-



Juiz destaca que energia gerada pelos painéis solares não é comercializada e, portanto, não pode haver cobrança de ICMS

gou a propor um projeto na Assembleia Legislativa para alterar a lei estadual que permitia a taxação.

“Quero agradecer ao Judiciário pela coerência em sua decisão e ficou

do lado da população mato-grossense. Taxar o sol é ilegal e imoral, além de ceder a ganância das concessionárias. Estarei aqui e continuarei firme na defesa da população contra essa

atrocidade. Em breve, nosso projeto será aprovado em definitivo na ALMT e acabaremos com isso em definitivo. Temos o apoio de todos os deputados da Casa nessa luta”, afirmou.

REAJUSTE

Mauro Mendes promete pagar Revisão Geral Anual em maio

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) revelou na sexta-feira (30) que pretende pagar a Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores públicos ainda no mês de maio. O reajuste a ser pago é de 2% e já está garantido na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021.

A previsão do governo é que em maio o Estado deverá atingir o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estipula o gasto máximo de 49% da Receita Corrente Líquida (RCL) com a folha salarial.

Mauro explicou que a revisão a ser paga é referente a 2018. Ele afirmou que não haverá RGA de 2021, já que a lei complementar federal 173/2020 impede os entes federativos, de todas as esferas, de conceder reajustes salariais até dezembro deste ano, incluindo a RGA.

“Existe um gasto já autorizado lá em 2018 que não foi implementado. Então, aquele RGA que já foi autorizado legalmente lá em 2018, e

que não foi implementado, nós temos a possibilidade legal de implementar e já disse que já vamos fazer isso quando atingirmos os 49%”, disse o governador.

Mendes aproveitou para dizer, novamente, que o pagamento da RGA só é possível por causa das medidas de austeridade adotadas durante o início de sua gestão. O governador lembrou que as medidas resultaram em vaías de produtores

rurais e greve de servidores, como a dos trabalhadores da Educação, que foi a maior da história de Mato Grosso.

“A educação fez 76 dias de greve. Eu falei: ‘gente, pelo amor de Deus, não adianta fazer greve, não tem como dar aumento. Paguei salário parcelado, como vou dar aumento?’”, disse, lembrando que fez a promessa de pagar a RGA quando regularizasse a situação fiscal do Estado.

Gilberto Leite



Mauro calcula que Estado voltará ao limite da LRF em maio

NOVO DECRETO

Estado determina volta ao presencial

Gabriel Soares

O governador Mauro Mendes (DEM) vai determinar o retorno dos servidores públicos estaduais ao regime de trabalho presencial a partir da próxima segunda-feira (3). O decreto foi publicado no Diário Oficial do Estado de sexta-feira (30).

Servidores que pertencem aos grupos de risco continuam autorizados a atuar no regime de tele-

trabalho, mediante requerimento formal e comprovação documental.

O retorno ao trabalho presencial faz parte do relaxamento das medidas restritivas, que teve início após a redução do número de internações e de novos casos de covid-19 no estado.

A decisão foi embasada após redução da taxa de ocupação de leitos de UTI Covid-19. Boletim epidemiológico da Secretaria de

Saúde apontou na quinta-feira (29) taxa de ocupação de UTIs em 85%, limite estabelecido pelo governo para um novo relaxamento das restrições.

Há cerca de duas semanas, o governador deu o primeiro passo no relaxamento das medidas restritivas, ao liberar o funcionamento do comércio, bares e restaurantes até 22h, permitindo o consumo de bebida alcoólica no local.

INCONSTITUCIONAL

STF anula supersalários de procuradores da Assembleia

Da redação

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional a Lei estadual n. 10.276/2015, que vincula a remuneração dos procuradores da Assembleia Legislativa ao salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de forma automática. A decisão foi publicada num acórdão na quinta-feira (29) na Ação Direta de Inconstitucionalidade, de autoria da Procuradoria-Geral da República (PGR).

A lei estabelece a atualização automática do subsídio dos procuradores da Casa de Leis em 90,25% da remuneração dos ministros do STF. Este é o percentual máximo permitido pela Constituição Federal. Acontece que, legalmente, a cada atualização do subsí-

dio dos ministros, é necessária a aprovação de nova lei para readequar os salários que têm alguma relação com eles. A norma aprovada em Mato Grosso no ano de 2015 fazia essa vinculação automática.

O STF já havia acatado parcialmente o pedido da PGR em novembro de 2020. No entanto, a Mesa Diretora da Assembleia ingressou com um recurso (embargos de declaração), pedindo que a decisão só passasse a valer a partir daquele momento, na tentativa de manter os salários no mesmo patamar que já estavam.

O relator do acórdão, ministro Alexandre de Moraes, negou o pedido do Parlamento estadual, alegando que tal decisão esvaziaria totalmente o alcance da declaração de inconstitucionalidade.

SEM DOCUMENTOS

TCE nega aposentadoria de conselheiro preso

Gabriel Soares

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) recusou o pedido de aposentadoria do conselheiro afastado Waldir Júlio Teis. De acordo com o órgão, o conselheiro não apresentou a documentação básica necessária para a concessão do benefício, que prevê o pagamento de salário integral.

Apesar de ter sido afastado do cargo pelo

Superior Tribunal de Justiça (STJ), Waldir Teis continua recebendo o salário integral de R\$ 35,4 mil. Ele se encontra em prisão domiciliar desde agosto do ano passado, por ter sido flagrado pela Polícia Federal enquanto tentava esconder cheques, com valores de R\$ 450 mil, durante uma operação realizada em sua casa.

Teis apresentou o pedido de aposentadoria em 16 de dezembro de

2020. Caso o TCE conceda o benefício, ele continuará recebendo o salário integral de conselheiro. A Secretaria Executiva de Gestão de Pessoas já constatou que Waldir Teis tem direito à aposentadoria integral por tempo de contribuição. Aos 67 anos, Teis já soma 33 anos, 7 meses e 28 dias de contribuição com a previdência.

O Ministério Público Estadual (MP-MT) recomendou ao TCE, em

janeiro deste ano, que não conceda aposentadoria a Waldir Teis. No documento, o procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges, cita que o Supremo Tribunal Federal (STF) já tinha orientado o órgão a não conceder aposentadoria ao conselheiro Antônio Joaquim, que também tem “pendências judiciais” decorrentes da Operação Malebolge. Como os casos são similares, o MP argumenta

deve ser aplicado o mesmo entendimento.

“PENDÊNCIAS” - Teis foi afastado do cargo em setembro de 2017, por suspeita de terem recebido R\$ 53 milhões em propina para ‘fazer vista grossa’ na fiscalização das obras da Copa do Mundo de 2014. A afirmação consta na delação premiada do ex-governador Silval Barbosa, que levou ao afastamento de outros quatro conselheiros.

Esse afastamento já foi revertido pelo STJ em fevereiro deste ano, mas Waldir Teis tem outras pendências. Ele foi preso pela Polícia Federal em julho, durante a 16ª fase da Operação Ararath, após ter sido flagrado por um agente enquanto descia 16 andares de escadas para descartar folhas de cheques em uma cesta de lixo. Ele foi solto em 4 de agosto e segue em prisão domiciliar

VIADUTO MURILO DOMINGOS

O viaduto é batizado de Murilo Domingo em homenagem ao ex-prefeito de Várzea Grande e ex-deputado federal

Cuiabá inaugura novo viaduto

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed

Da redação

Após realizar mais uma vitória no viaduto Murilo Domingos, o prefeito Emanuel Pinheiro destacou toda responsabilidade e zelo aplicado pela Prefeitura de Cuiabá durante a obra do elevado. A construção da estrutura, localizada na Avenida Manoel José de Arruda (Av. Beira Rio), está na fase final e, conforme reafirmado pelo chefe do Executivo na quinta-feira (29), será entregue à população no próximo dia 5 de maio, às 18h30.

“Já estava passando da hora de Cuiabá receber uma obra dessa envergadura, dessa qualidade, que melhora a mobilidade urbana, que humaniza o trânsito e diminui o estresse de to-

dos aqueles que passam diariamente por esse ponto, especialmente no horário de pico. Além disso tudo, vamos entregar uma obra com beleza arquitetônica, moderna e que aumenta o charme da nossa tridentária Capital”, explicou Emanuel.

Durante a inspeção, acompanhado do vice-prefeito e secretário de Obras Públicas, José Roberto Stopa, Pinheiro pode observar que já está em andamento o trabalho de paisagismo que, além do plantio de grama, palmeira e outras espécies de plantas ornamentais, também contará com a pintura dos pilares de sustentação. Essa última ação é realizada por artistas plásticos regionais, por meio do programa Cidade Viva.

“Toda a parte de baixo do viaduto será contemplada com o programa Cidade Viva. E, nessa visita, conseguimos visibilizar toda a urbanização, pintura e as outras partes da estrutura, para que não tenhamos nenhuma dúvida que o próximo dia 5 de maio seja mais um momento histórico para



O prefeito destacou toda responsabilidade e zelo aplicado pela Prefeitura de Cuiabá durante a obra do elevado

Cuiabá. Quem vai ganhar com tudo isso é a nossa população”, completou o gestor da Prefeitura Cuiabá.

Outro ponto que contribui para o belo visual é o moderno sistema de iluminação que foi implantado no local. Para

esta obra, a opção escolhida foi a colocação de lâmpadas do tipo LED que, além de mais econômicas, também conseguem dar maior clareza onde são utilizadas. Ao todo, o sistema conta com 34 postes na parte superior e 32 luminárias

na inferior, que já passam por constantes testes de funcionamento.

O viaduto é batizado de Murilo Domingo em homenagem ao ex-prefeito de Várzea Grande e ex-deputado federal por Mato Grosso, falecido aos 78 anos. Além

da atuação política e comercial, exerceu um papel fundamental no campo ambiental. Murilo foi uma das primeiras lideranças políticas a levantar discussões e promover ações concretas de preservação do Rio Cuiabá.

PREVIDÊNCIA

Russi: isenção para doenças raras é prioridade

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) convocou o presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB), para uma reunião de última hora no Palácio Paiaguás, na quinta-feira (29). A pauta é o projeto que irá isentar aposentados e pensionistas que possuem doenças raras da contribuição previdenciária de 14%.

A proposta do governo previa imunidade até o teto do INSS, hoje em R\$ 6,4 mil. O projeto foi apresentado aos deputados na quarta-feira (28), mas eles recusaram os termos e fizeram uma contraproposta para dobrar a faixa de isenção. Segundo o presidente da Assembleia, o projeto já foi elaborado e vai para análise do Conselho do MT Previdência.

Russi afirma que os deputados já estão articulados para votar esse projeto em regime de urgência, com dispensa de pauta, para que entre em vigor rapidamente. Os parlamentares estão dispostos a realizarem várias sessões deliberativas no mesmo dia para aprovar a matéria e encaminhá-la de volta à sanção do governador.

Já em relação ao projeto dos demais inati-

vos, a situação é mais complicada. Os deputados recusaram a proposta do governo, que estabelecia a faixa de isenção em três salários mínimos, e insistem em ampliar a imunidade para o teto do INSS, hoje em R\$ 6,4 mil. Russi explicou irá se reunir com os demais parlamentares na próxima semana para debater o assunto.

“Na semana que vem vamos fazer uma

reunião dos deputados da base com o governador para tratar desse assunto, mas o primeiro passo é vencer essa questão das doenças raras e incapacitantes. Nós queremos então atender esse primeiro projeto, que será uma vitória. Após isso, será uma melhora para os inativos e aposentados”, afirmou.

A resistência do governo na negociação é

devido ao tamanho do rombo que será causado no caixa do governo. Os cálculos apresentados por Botelho apontam que o Estado terá que desembolsar R\$ 45 milhões ao mês para que a isenção alcance até 3 salários mínimos. O valor pode subir para R\$ 100 milhões caso a faixa de isenção seja elevada até o teto da Previdência, de R\$ 6,4 mil.

DECISÃO UNÂNIME

Avallone é cassado por compra de votos e caixa 2

Da redação

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT) decidiu, por unanimidade, cassar o mandato do deputado estadual Carlos Avallone (PSDB), acusado de abuso de poder econômico e captação ilícita de recursos (caixa dois). A decisão foi proferida durante sessão virtual realizada na manhã da última segunda-feira (26).

O TRE já tinha formado maioria pela cassação na quinta-feira (22), mas a decisão foi adiada devido a um pedido de vistas do juiz Luiz Armando Biancardini Cândia. Após reexame dos fatos, Luiz votou pela cassação, assim como Gilberto Lopes Bussiki e Jackson Coutinho.

O relator do caso, Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza, proferiu seu voto pedindo a manutenção da cassação de Avallone e inelegibilidade em candidatura futura. Ele foi

imediatamente acompanhado pelos magistrados Bruno D’Oliveira Marques, Sebastião Barbosa Farias e Gilberto Giraldelli.

A denúncia contra Avallone tem como base um fato ocorrido em 2018. Durante a campanha eleitoral, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) abordou um veículo com três pessoas, que carregava vários materiais de campanha de Carlos Avallone. Dentro do veículo, os policiais encontraram R\$ 89,9 mil em dinheiro.

RECURSO NO TSE – Em conversa com jornalistas, o Avallone afirmou que vai provar sua inocência no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O parlamentar diz que estranhou ter sido condenado por caixa dois, já que este não era o ponto inicial da denúncia e sua defesa sequer se pronunciou sobre essa acusação.

“Eu não me defendi de caixa dois, então esse é o caminho que vai ser

discutido em Brasília. Os advogados farão o encaminhamento e, normalmente, não é um assunto só, trata-se de dois, três assuntos que são feitas as defesas nesse sentido”, explicou Avallone.

Caso não consiga reverter a situação no TSE, quem deve assumir seu lugar na ALMT é a vereadora por Cáceres Valdeirnia Dutra Ferreira, que hoje está no PSC. A vereadora virou a primeira suplente após a morte de Saturnino Masson (PSDB), em janeiro deste ano. Contudo, sua posse ainda poderá ser contestada na Justiça por questão de fidelidade partidária, como ocorre com Gilberto Cattani, suplente do PSL na vaga deixada por Sílvio Fávero.

Carlos Avallone assumiu uma cadeira na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) após o titular da vaga, Guilherme Maluf, ter sido nomeado conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

ESCOLHA DO PRESIDENTE

Entidade indica juiz Mirko de Sinop para vaga no STF

Gabriel Soares

A Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages) emitiu uma nota de apoio público à indicação do juiz Mirko Vincenzo Giannotte, que atua em Sinop, para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), que deve ser aberta com a aposentadoria do ministro Marco Aurélio Mello, já anunciada para julho deste ano.

Na nota, a associação defende que o presidente indique algum componente dos Judiciários Estaduais, alegando que estes magistrados já têm preparação suficiente para exercer o cargo na Suprema Corte e são conhecedores da realidade brasileira.

“Os magistrados estaduais possuem experiência e notório saber jurídico, de sorte que uma maior reflexão sobre tais requisitos é absolutamente favorável a uma indicação, justificando-se tal preocupação no

atual momento em razão da inegável importância e contribuição que o STF presta ao país e, particularmente, ao Poder Judiciário desde sua criação, a exigir, ante suas relevantes atribuições, com reflexos diretos no dia a dia de todos os órgãos do Judiciário e no bem-estar da população em geral”, diz trecho da nota.

Apesar de citar a existência de vários outros membros capacitados na Justiça Estadual, a entidade destaca a atuação de Mirko Giannotte como um dos conselheiros da Anamages. O magistrado foi eleito por dois triênios consecutivos para a vice-presidência de Assuntos Legislativos da entidade e tem expressiva representatividade entre seus membros.

“Neste sentido, entre alguns nomes que destacam na sucessão referenciada, contemplamos, até aqui, o apoio ao nome do Juiz de Direito Mirko Vincenzo Giannotte”, ressalta a nota.

O último indicado do presidente Jair Bolsonaro para a Suprema Corte foi Kassio Nunes Marques, que era desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1). Contudo, as articulações políticas atuais indicam que Bolsonaro deverá escolher um nome de fora da magistratura. Além disso, não há uma obrigação legal de indicar um juiz para o cargo no STF.

Os membros da Suprema Corte são escolhidos pelo presidente da República entre os cidadãos com mais de 35 e menos de 65 anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

As articulações em Brasília têm se dado em torno da indicação de Augusto Aras, atual procurador-geral da República; André Mendonça, advogado-geral da União; e Luís Felipe Salomão, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

SEM CONSENSO

Estado propôs isenção para aposentados que recebem até 3 salários mínimos, mas deputados querem imunidade até o teto do INSS, em R\$ 6,4 mil

AL recusa proposta do governo

Gilberto Leite



Botelho diz que Assembleia pode fazer mudança da faixa de isenção por meio de PEC se não houver acordo com o governo

Da redação

A maioria dos deputados estaduais resolveu recusar a proposta do governo sobre a taxa dos aposentados. A reunião do Colégio de Líderes da Assembleia Legislativa, realizada na manhã de quarta (28), terminou sem um consenso sobre o limite da faixa de isenção da contribuição previdenciária de 14%.

Conforme apurado pelo Estadão Mato Grosso, a proposta do governo previa isenção de até 3 salários mínimos, com a aplicação de alíquotas progressivas para os aposentados que recebem acima deste valor. Os deputados recusaram prontamente, cobrando a isenção total até o teto da previdência, hoje em R\$ 6,4 mil.

O deputado Eduardo Botelho (DEM), que preside a comissão especial da Previdência, tentou emplacar uma proposta no 'meio-termo'. A ideia era não cobrar a alíquota de 14% sobre três salários mínimos de todos os aposentados e pensionistas, taxando ape-

nas os valores que ultrapassem essa faixa de isenção.

"Não houve concordância. Vamos tentar mais uma reunião da bancada toda, da base com o governo, e vamos ver se a gente consegue um acordo em cima disso. A proposta da Assembleia é essa de isentar sem mexer nas alíquotas", disse Botelho.

Novas reuniões serão marcadas para negociar a faixa de isenção. Otimista, o deputado Wilson Santos (PSDB) avalia que a Assembleia já está perto de um acordo e poderá colocar um ponto final neste assunto até a próxima semana.

Para Wilson, a proposta de consenso é a que prevê isenção de três salários mínimos para todos os aposenta-

dos que recebem até R\$ 10 mil, havendo cobrança da alíquota de 14% apenas sobre os valores que ultrapassam os R\$ 3.300.

"Eu creio que agora nós finalizamos o entendimento aqui na Assembleia, vamos levar a proposta à Casa Civil e acredito que na semana que vem a gente pode votar e por um ponto final", pontuou.

A Assembleia também recusou a proposta do governo para isenção dos aposentados portadores de doenças raras. O projeto apresentado previa a suspensão da cobrança até o teto do INSS, mas os deputados querem estender a isenção até o dobro do teto da Previdência, o que permitiria atender cerca de 100 pessoas a mais.

Isenção pode custar R\$ 100 mi

A resistência do governo na negociação é devido ao tamanho do rombo que será causado no caixa do governo. Os cálculos apresentados por Botelho apontam que o Estado terá que desembolsar R\$ 45 milhões ao mês para que a isenção alcance até 3 salários mínimos. O valor pode subir para R\$ 100 milhões caso a faixa de isenção seja elevada até

o teto da Previdência, de R\$ 6,4 mil.

"O pessoal não entende que o governo iria absorver e isso iria causar uma perda de receita de R\$ 45 milhões. Os deputados não concordaram e acham que o governo tem que absorver tudo, que dá quase R\$ 100 milhões", explicou.

Botelho afirmou que, se não houver acordo, os

deputados podem apresentar um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) para emplacar a proposta da Assembleia. Como as PECs são promulgadas diretamente, não haveria risco de veto do governo. Contudo, essa manobra levaria a uma batalha jurídica sobre a constitucionalidade da matéria, a ser resolvida pelo Poder Judiciário.

NOVA GESTÃO

Carlos Alberto Rocha é eleito presidente do TRE

Gabriel Soares

O desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha foi eleito presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) na manhã da última terça-feira (27). Ele terá a desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho como sua vice durante o próximo biênio (2021-2023). A decisão foi tomada pelo Pleno do TRE em sessão solene com transmissão pela internet.

Em coletiva de imprensa após a decisão, Carlos Alberto prometeu intensificar o combate às fake news e promover mais agilidade da Justiça Eleitoral na resolução de seus processos. Ele afirmou que a Justiça tem trabalho

para chegar à origem das notícias falsas e punir os responsáveis por sua produção.

"Nós sabemos que a Justiça Eleitoral está muito ligada à Polícia Federal e à Procuradoria da República. Por isso, tudo aquilo que for possível perseguir ou apurar, pode ter certeza que nós vamos fazer. Até porque é fato e tem já histórico de divulgação de fake news por agentes que querem tumultuar a eleição e até denegrir um candidato. Então, nós vamos apurar a origem", afirmou.

O novo presidente também comentou que as eleições suplementares de Torixoréu e Acorizal, cujos prefeitos foram cassados após o último pleito, serão realizadas assim que a pan-

demia permitir. Contudo, ainda não há uma data fixada para isso.

Carlos Alberto e Nilza Maria ocupam as cadeiras reservadas ao TJMT na composição do TRE. Eles tomaram posse do cargo na última sexta-feira (23) e restava a decisão de quem ficaria no comando da Corte Eleitoral. Empossados, os dois poderiam disputar a presidência da Corte Eleitoral, mas, nesta manhã, Nilza retirou seu nome da disputa, deixando a vaga para Carlos Alberto.

Rocha é ex-presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e quase foi reconduzido ao cargo em novembro do ano passado, mas sua reeleição foi vetada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

UNANIMIDADE

TCE dá parecer favorável às contas da gestão Mauro

Da redação

O conselheiro Campos Neto, do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), afirmou que o governo "interrompeu uma série histórica de déficits financeiros". Campos Neto é relator das contas do Estado referentes à 2019, primeiro ano da atual gestão. Ele deu parecer prévio à aprovação e foi seguido de forma unânime por todos os conselheiros da Corte. A aprovação final cabe à Assembleia Legislativa.

"Mato Grosso vem demonstrando bons índices de recuperação frente a graves crises registradas no passado. Já em 2019, o governo interrompeu uma série histórica de déficits financeiros e cenários adversos", afirmou o rela-

tor, seguindo o parecer do Ministério Público de Contas (MPC).

De acordo com o conselheiro, o governo demonstrou vários resultados positivos na apresentação de contas, a exemplo do alcance das metas fiscais, redução de dívidas e restos a pagar, cumprimento dos limites constitucionais e diminuição de despesas com pessoal.

Campos Neto destacou que houve uma economia orçamentária superior a R\$ 3 bilhões no primeiro ano da gestão Mauro Mendes (DEM) e que pela primeira vez em quatro anos, o governo gastou menos do que o arrecadado, com saldo positivo de R\$ 870 milhões.

O governador registrou que o parecer prévio

pela aprovação das contas mostra que a gestão traçou o caminho correto ao promover o equilíbrio fiscal, que possibilitou investir agora em centenas de obras e ações em todas as regiões de Mato Grosso.

"Consertamos o estado no primeiro ano. E através dessa recuperação das contas e do equilíbrio fiscal é que nós teremos em 2021 e 2022 anos de grandes investimentos e de grandes ações que vão impactar na qualidade de vida do cidadão e no serviço público. Devemos investir algo próximo de 15% da nossa receita corrente líquida este ano. Me sinto muito grato, pois essas ações já estão trazendo resultados para os mato-grossenses", afirmou.

APÓS AUMENTO

Medeiros quer CPI da Energisa

Gabriel Soares

O deputado federal José Medeiros (Podemos) afirmou que irá convocar a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explicar o aumento de 7,29% na tarifa de energia em Mato Grosso. Ele chegou a falar sobre a possibilidade de abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a atuação da Energisa em Mato Grosso e em outros estados.

O aumento foi anunciado no dia 22 de abril, com validade imediata, com validade imediata. Medeiros afirma que o reajuste é abusivo e chega em um momento em que a população de Mato Grosso já está sofrendo com os impactos econômicos da pandemia do novo coronavírus.

"A população de Mato Grosso está sofrendo com a alta tarifa de energia elétrica. O valor cobrado é abusivo e prejudica a população, como também os

pequenos comerciantes que estão enfrentando uma crise sem precedentes em função da pandemia. Por isso, vamos convocar a diretoria da Aneel para explicar esses aumentos abusivos. A convocação também será estendida a diretoria da Energisa em Mato Grosso", declarou Medeiros.

Além de criticar o reajuste, o parlamentar afirma que a atuação das agências reguladoras no país, em especial a Aneel, é questionável e precisa ser reavaliada e até mesmo investigada, uma vez que em muitos casos elas atuam em defesa das empresas.

Medeiros e o deputado federal Léo Moraes (Pode-RO) trabalham para instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a prestação de serviços da Energisa em Mato Grosso e nos demais estados atendidos pela concessionária. A Assembleia Legislativa já tem uma CPI para

investigar a atuação da Energisa em Mato Grosso, que ainda está em funcionamento.

"O valor da energia é alto e a Energisa presta um serviço mal e porcaamente. Não é à toa que ela lidera o ranking de reclamações do Procon de Mato Grosso".

IMPOSTO - Medeiros também afirmou que é preciso reduzir a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre a energia elétrica. Atualmente, o Estado cobra 27% de ICMS sobre a energia.

"A alíquota vigente é de quase 30%, isso é um absurdo com o consumidor, principalmente o residencial. Apelo ao governo, nesse momento de crise, reduzir de forma gradativa o ICMS sobre a energia. Nesse momento de pandemia é preciso que todos se sacrifiquem. O governo do Estado pode e deve abrir mão dessa receita para ajudar o cidadão", afirmou.

TOCA O BARCO

Justiça libera obras no Porto de Cáceres

Da redação

O governo conseguiu derrubar na Justiça a liminar que suspendia as licenças ambientais no Porto de Cáceres (220 km de Cuiabá). O desembargador federal Francisco de Assis Betti, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, deferiu a suspensão da liminar e, desta forma, as licenças ambientais anteriores passam a valer novamente.

O desembargador federal afirma, na sentença, que não verificou elementos que demonstrem a ilegalidade ou in-

constitucionalidade dos atos administrativos e salientou que a decisão liminar teria potencialidade de causar grave lesão à ordem econômica do Estado.

"O governo está trabalhando para que o Porto de Cáceres comece a operar brevemente, pois é um importante modal para a economia mato-grossense. A continuidade das atividades no local é essencial para que não percamos investimentos na região", afirma César Miranda, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec).

O presidente da Associação Pró-Hidrovia do Rio Paraguai (APH), Vanderlei Reck Júnior, informa que, com a decisão judicial os trabalhos no Porto de Cáceres, como as licenças da Marinha, Agência Nacional de Transporte Aquíferos (Antac) e no Ministério dos Portos irão seguir.

"Estamos neste ano com um grave problema hídrico, o rio Paraguai está baixo. Mas vamos tentar deixar tudo em ordem para, se não conseguirmos operar agora, começarmos no final do ano", pontuou.

"SER FAMÍLIA EMERGENCIAL"

Mauro Mendes entregou o benefício emergencial que terá duração de três meses e alcançará mais de 100 mil pessoas

Os primeiros cartões é entregue

Gilberto Leite



Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) e a primeira-dama Virgínia Mendes entregaram na quinta-feira (29) os primeiros cartões do programa 'Ser Família Emergencial', programa assistencial do governo do Estado para 'aliviar' a crise trazida pela pandemia.

Primeira a receber o cartão, a senhora Maria Quitéria, 52 anos, desabou em lágrimas diante do governador. Em conversa com jornalistas, mais tarde, ela contou que tem enfrentado "muita dificuldade" nesta fase da pandemia,

pois também está cuidando de sua filha, que é mãe solo de duas crianças, com cinco e sete anos de idade.

A filha de dona Maria, Adriana Vanessa, não pode comparecer para receber o cartão do Ser Família Emergencial pois está com suspeita de covid-19.

"Em boa hora chegou. Fiquei muito emocionada, porque agora vou poder comprar comida para levar para casa, pras crianças. A situação é muito difícil. Mãe solteira né, com duas filhas, não é fácil", disse, aos prantos. "Só tenho que agradecer à primeira-dama. Só ela mesmo que teve dó da população aqui e teve esse bom coração de fazer esse cartão para as mães".

O benefício emergencial terá duração de três meses e alcançará mais de 100 mil famílias em situação de extrema pobreza em todo o estado. As famílias benefi-

ciadas receberão R\$ 150 por mês, que só poderão ser gastos na compra de alimentos em estabelecimentos credenciados. Os cartões serão abastecidos no próximo dia 8, após a conclusão da entrega.

Mauro Mendes afirmou que o programa poderá ser mantido por mais alguns meses, caso tenha necessidade. Ao todo, o governo prevê investimento de R\$ 45 milhões no benefício, dos quais R\$ 10 milhões foram doados pela Assembleia Legislativa.

"Fico muito feliz de ter, todos nós, construído o reequilíbrio fiscal no Estado de Mato Grosso, e hoje ele consegue exercer seu papel, principalmente neste momento, na área da assistência social, porque o mínimo que nós podemos fazer é ajudar a garantir a segurança alimentar dessa parcela da população que está em situação de vulnerabilidade", disse.



Maria Quitéria, foi a primeira a receber o cartão e desabou em lágrimas

Além do Ser Família Emergencial, o governo manterá outros programas assistenciais, como o Ser Família, que atende cerca de 30 mil famílias, e a entrega de cestas básicas. A previsão é que pelo menos 534

mil cestas básicas sejam entregues durante o ano de 2021.

Ao final, o governador destacou que o pagamento de R\$ 150 pode parecer pouco, mas representa uma grande ajuda para as famílias que serão aten-

didas pelo programa, cuja renda média é de R\$ 89 per capita. A seleção dos beneficiários foi feita por meio do CadÚnico, cadastro do governo federal que foi utilizado para pagar o auxílio emergencial.

APERTO DA PANDEMIA

Crise muda perfil da classe média

Da redação

Não são apenas os mais pobres que estão sofrendo a pressão econômica trazida pelo novo coronavírus. A classe média também encolheu ao seu menor patamar em 10 anos e agora já se iguala à classe baixa. É o que aponta uma pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva no mês de março, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o estudo, cerca de 4,9 milhões de brasileiros saíram da chamada classe média para a classe baixa entre março deste ano e o começo de 2020. É a primeira vez em 10 anos que o grupo se iguala, em representatividade da população brasileira, à classe baixa. Hoje, cada grupo é composto por 47% da população. Já a chamada 'elite' se manteve estável, com 6%.

A economista Thaís Sampaio avalia que o alto número de desempregados, a inflação elevada e

a crise sanitária têm influenciado na dificuldade de retomar a economia. É a perspectiva é que a situação só mude, de fato, em 2022.

"Muita coisa tem influenciado, inclusive o medo com a saúde financeira. Vejo que muitas famílias têm optado pelo que é mais necessário, básico para sobrevivência", disse.

O estudo aponta que seis em cada dez brasileiros da classe média perceberam sua renda familiar diminuir no último ano. Cerca de 19% das famílias desta classe estão sobrevivendo com metade ou menos da metade de sua renda anterior à pandemia.

O problema é agravado pelo fato de que a maioria das pessoas da classe média não tinha um fundo de reservas para aliviar os problemas causados pela pandemia. Dos mais de 1.600 entrevistados, 35% abriu mão do serviço de babá ou doméstica, 23% cancelou plano de saúde e 18% transferiu os filhos

para uma escola pública.

O microempreendedor Gaspar Lemes, 52 anos, é um dos brasileiros que entra na estática da pesquisa. Em entrevista ao Estadão Mato Grosso, ele afirmou que conseguiu manter as contas em dia até antes da crise sanitária, mas que ultimamente não está conseguindo pagar contas básicas para manter o seu negócio.

"A situação está complicada. Tive que trocar meu carro por um mais econômico, porque não posso ficar sem, cancelei meu plano de saúde e cancelei alguns cartões, por medo de não dar conta de pagar. A crise chegou e voltamos à estaca zero. Todo santo mês é uma, duas ou três contas que ficam sem pagar", disse.

A diminuição da renda terá um impacto significativo na velocidade da recuperação econômica brasileira. A pesquisa estima que a classe média deverá consumir quase R\$ 100 bilhões a menos em 2021.

URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Aplicativo permite pedir socorro

Da redação

A partir desta semana, cidadãos de Cuiabá e Várzea Grande podem pedir socorro e acionar as forças de segurança pública por meio do aplicativo MT Cidadão. O serviço visa auxiliar moradores em situações de urgência e emergência, como seqüestros, roubos, furtos, violência contra a mulher, incêndios e queimadas.

Por meio do app é possível acionar os seguintes serviços: Polícia Militar (190), Polícia Civil (197) e Corpo de Bombeiros (193). As ocorrências podem ser registradas com o auxílio de fotos, vídeos e áudios. Além da localização, que é enviada diretamente para o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP).

O Serviço Digital de Registro de Chamados de Emergência está disponível na atualização do app MT Cidadão e foi desenvolvido pela Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação (MTI), em parceria com a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp-MT).

Conforme Antônio Marcos de Oliveira, diretor-presidente da MTI, a solução foi desenvolvida para ser a mais intuitiva possível e socorrer o usuário em um momento onde cada segundo importa.

"A ocorrência pode ser registrada com três toques no celular. Assim que o app é aberto, o usuário deve clicar no ícone vermelho para ter acesso a quatro opções de ocorrências: Roubo ou furto; Violência contra a Mulher; Sequestro; e In-

cêndio ou Queimadas. Em seguida, o usuário pode descrever o ocorrido como por mais conveniente, seja por meio de uma foto, texto ou áudio, e abrir o chamado".

Atualmente, 495 mil pessoas já utilizam os serviços do MT Cidadão em Mato Grosso. O aplicativo disponibiliza em um só lugar uma gama de serviços digitais essenciais e relevantes para o cidadão, como Pagamentos Facilitados de Licenciamento, IPVA, Seguro DP-VAT e Infrações de Trânsito, Renovação de CNH, acompanhamento online de boletim e frequência escolar de alunos da rede estadual, entre outros.

O MT Cidadão está disponível para smartphones com sistemas Android e iOS. É só clicar na loja correspondente ao aparelho e instalar. O app é gratuito.

MODALIDADE HÍBRIDA

VG marca data para volta às aulas

Da redação

O início das aulas de forma híbrida (parte presencial e parte não-presencial) na rede municipal de educação de Várzea Grande já tem data para acontecer. Em decreto publicado na última quinta-feira (29), o prefeito Kalil Baracat (MDB) autoriza os alunos a retornarem às salas de aula a partir do dia 7 de junho.

A previsão era que as atividades retornassem no dia 3 de maio, mas o prefeito decidiu adiar novamente.

O novo decreto também autoriza o retorno dos servidores públicos às au-

tarquias e demais órgãos da administração municipal a partir do dia 3 de maio. Eles deverão prestar expediente das 8h às 18h, em regime de revezamento.

Com o retorno do pessoal, todos os órgãos públicos do município devem reforçar as medidas de biossegurança. Entre elas, a permanência máxima de 50% do quantitativo de servidores em trabalho presencial, mediante escala de revezamento a ser estabelecida pelo secretário de cada pasta ou diretor-presidente de cada órgão.

O regime de revezamento não se aplica aos trabalhos terceirizados.

OPERAÇÃO VERDE BRASIL

Exército ajudou Mato Grosso a reduzir desmatamento ilegal

Da redação

A Operação Verde Brasil II, parceria entre Exército e Governo de Mato Grosso, colaborou para que o desmatamento ilegal reduzisse 31,5% de agosto de 2020 a janeiro de 2021, conforme dados citados pelo governador Mauro Mendes.

Mendes participou da cerimônia de transição da operação para o Plano Amazônia 2021-2022 e afirmou que os alertas de desmatamento em Mato Grosso tiveram a maior média de redução entre os estados da região amazônica. Em 2021, somente o Estado está investindo R\$ 73 milhões em ações de prevenção e combate ao desmatamento ilegal e incêndios florestais.

"Toda a dedicação que o Exército Brasileiro demonstrou durante a Operação Verde Brasil 2, termina coroada por muitos resultados positivos. Tivemos que ajudar muita gente, apreender muitas máquinas, e fazer muitas ações que lamentavelmente ocor-

reram porque pessoas ainda insistem em não respeitar a legislação e o que diz o Código Florestal Brasileiro", afirmou Mauro.

"Já mobilizamos recursos para aquisição de equipamentos, como mais um helicóptero, e todo esse esforço é para preservar o meio ambiente e, acima de tudo, preservar a legalidade. Temos que cada vez mais atuar para preservar. A lei precisa ser respeitada", pontuou.

O general Soares destacou que entre os resultados positivos da Operação Verde Brasil 2, estão a apreensão de 151 mil m² de madeira, 15 mil focos de incêndio combatidos e R\$ 2,5 bilhões em multas aplicadas.

O secretário-adjunto Executivo de Meio Ambiente do Estado, Alex Marega, frisou que Mato Grosso vai continuar a atuar com rigor dentro do que é previsto no Plano de Ação para o Combate ao Desmatamento e aos Incêndios Florestais.

"O Estado não vai parar. Nós conseguimos

em 2019 aplicar o dobro da média histórica e em 2020 quintuplicamos as nossas ações, com 1,5 bilhão em multas somente por parte do estado, com a responsabilização dos infratores ambientais. E muito disso devido a essas parcerias", destacou.

O secretário de Estado de Segurança Pública ressaltou o trabalho conjunto entre todas as instituições e órgãos que atuaram na operação: Exército, Força Nacional, Ibama, Abin, PF, PRF, ICMBio, Censipam, Sema, Sesp, Ciopaer, Bombeiros, Polícia Militar e Polícia Civil.

"Essa parceria com o Exército demonstra que quanto mais integradas as forças federais e estaduais, a gente alcança maior redução de desmatamento. Essa integração não faz com o que o trabalho fique mais fácil, mas que fique mais leve. Com uma única coordenação nós conseguimos alcançar esses resultados da Operação Verde Brasil 1 e 2, além das operações estaduais", declarou.

REVIRAVOLTA

Órgão que sempre criou entraves à implantação da ferrovia agora quer ver a obra concluída para promover a redução do 'Custo Brasil'

MPF pede construção da Ferrogrão

Ricardo Botelho/Minfra

**Da redação**

Após muito batalhar para travar o avanço do projeto da Ferrogrão, o Ministério Público Federal (MPF) mudou completamente de opinião. Em nova nota técnica, o órgão destacou a relevância socioeconômica do projeto de construção da ferrovia EF-170, que pretende ligar Mato Grosso aos portos do Pará, e defendeu a retomada do projeto. A análise foi enviada aos os Ministérios da Infraestrutura e da Economia, à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e ao Tribunal de Contas da União (TCU) na quarta-feira (28).

No documento, o MPF destaca que a Ferrogrão representa um avanço na infraestrutura

de transporte do país, com impacto direto na redução do custo de escoamento da produção agrícola, além de contribuir para o barateamento no valor do frete. Ressalta ainda que a construção da Ferrogrão irá criar novos corredores logísticos e aumentar a concorrência com as outras duas ferrovias que devem entrar em operação no estado.

O órgão afirma que é necessário avançar na construção da ferrovia "em razão das suas vantagens em relação ao custo do transporte de grande volume de cargas por maiores distâncias, além do menor consumo de combustível e à geração de menor nível de poluição, quando comparado ao modal rodoviário".

O posicionamento do MPF na nota técnica contradiz a atuação do próprio órgão, que move ação contra o governo federal por suposta falta de diálogo com os povos indígenas afetados pela construção da ferrovia. Ainda assim, o órgão ministerial reafirma que a implantação da ferrovia



Processos para implantação da Ferrogrão estão suspensos por ordem do STF

é cercada por problemas técnicos e ambientais.

Questionada sobre os motivos que levaram à mudança de posicionamento, a assessoria do MPF não deu retorno até o fechamento da matéria.

TUDO PARADO - Os processos para cons-

trução da Ferrogrão encontram-se paralisados por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele suspendeu a eficácia da lei nº 13.452/2017, que alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim para

permitir a construção da Ferrogrão, além de terminar a suspensão de todos os processos da ferrovia.

Sonho antigo dos produtores da região Norte de Mato Grosso, a Ferrogrão tinha licitação prevista para o segun-

do trimestre deste ano. Seu projeto visa consolidar o novo corredor ferroviário de exportação pelo Arco Norte, com a construção de 933 km de trilhos ligando as regiões produtoras de Mato Grosso aos portos do Pará.

EFEITO 2ª ONDA

Construção civil sofre novo abalo

Gilberto Leite

Da redação

A combinação de preços de insumos mais elevados e agravamento da pandemia trouxe novos momentos difíceis para a indústria da construção. Estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) aponta que o Índice de Confiança da Construção (ICST) caiu pelo quarto mês consecutivo, atingindo 85 pontos na passagem de março para abril, o menor nível desde julho de 2020 (83,7 pontos).

O resultado negativo reflete a piora da percepção dos empresários na avaliação sobre o atual momento e a redução das expectativas em relação aos próximos meses. O Índice de Expectativas (IE-CST) cedeu 4 pontos, para 86 pontos, o menor patamar desde junho de 2020. O resultado é influenciado pela menor expectativa dos empresários com relação à demanda.

A coordenadora de Projetos da Construção da FGV e do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), Ana Maria Castelo, diz que a piora no cenário setorial, que se iniciou em outubro do ano passado, reflete a preocupação com a es-



Sinduscon prevê retomada do crescimento no segundo semestre, com avanço da vacinação

cashez de matéria-prima e a elevação dos custos de produção, além do agravamento da pandemia.

A confiança dos empresários, destaca Ana Maria, retornou a um nível inferior ao observado antes da pandemia, com os dois componentes do indicador revertendo toda a melhora registrada desde maio de 2020.

"O problema persiste e não dá indicações de trégua, atingindo contratos em andamento e dificultando a precificação dos produtos. O

elemento novo em abril foi o aumento expressivo das assinalações no quesito demanda insuficiente como limitador à melhoria dos negócios das empresas, provavelmente decorrente do fechamento dos estandes de vendas em algumas cidades. Ou seja, a combinação preços de insumos mais elevados e agravamento da pandemia trouxe novamente momentos difíceis para as empresas", avaliou.

Com a perda das expectativas para os próximos meses de 2021, a intenção de empregar

também diminuiu em abril, 16,0% das empresas indicaram que vão reduzir o número de empregados nos próximos meses, enquanto 12,1% apontaram intenção de contratar.

Os dados mostram que o setor "andou de lado", sem conseguir deslanchar após superar o nível de pré-pandemia. A situação piorou no começo de 2021, com um retorno aos níveis registrados em agosto de 2020. A pesquisa foi realizada com 681 empresas entre os dias 1 e 26 deste mês.

Tombo expressivo também em Mato Grosso

Acompanhando a tendência nacional, a indústria da construção em Mato Grosso também está mais pessimista. Pesquisa realizada pelo Observatório da Indústria aponta que o índice de confiança do empresário mato-grossense recuou significativamente em março.

O indicador dos empresários da construção em Mato Grosso caiu 10,9 pontos, atingindo 51

pontos, limite que separa o otimismo com a economia do pessimismo. A queda do setor é muito mais pronunciada do que a registrada pelos demais segmentos industriais. Como resultado, o índice que mede a confiança do empresário industrial como um todo, o ICEI, registrou queda de 5,9 pontos.

"Porém, os indicadores permanecem acima

da linha dos 50 pontos. Apesar das quedas, que provavelmente estão associadas a nova onda da pandemia, o ICEI - MT ainda segue otimista, já que o índice marcou 55,2 pontos no terceiro mês do ano", diz trecho da pesquisa.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil em Mato Grosso (Sinduscon-MT) disse, por meio de

nota, que o setor poderá começar a se recuperar a partir do segundo semestre deste ano, quando a maioria da poluição estiver vacinada e o mercado financeiro começar a dar sinais de recuperação. Essa é a perspectiva partilhada de todos os setores econômicos, mas a conjuntura internacional aponta para um cenário de escassez de vacinas.

BOX PARA BANHEIRO

Qualidade em Vidros!
Segurança, Durabilidade,
Beleza e Conforto.

CASA DOS VIDROS

☎ 65.3642-3344

FAÇA HOJE MESMO
O SEU ORÇAMENTO!

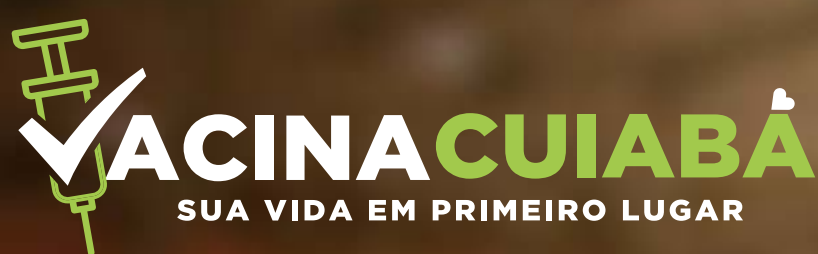
PUBLICAR

PUBLICAÇÕES, É AQUI!

Suas Publicações Legais é aqui na Publicar

Atas, Editais, Extravios, Balanços,
Convocações, Regulamentos e
Avisos de licitações

65-99228-9990



**ESTAMOS
TRABALHANDO
PARA VACINAR
A NOSSA
GENTE.**



PONTOS DE VACINAÇÃO PARA ACELERAR A IMUNIZAÇÃO

**CENTRO DE EVENTOS DO PANTANAL - ALMT
SESC BALNEÁRIO - UFMT - SESI PAPA**

**EM BREVE MAIS PONTOS
SERÃO ABERTOS**

2ª DOSE Fique atento!

Se você já tomou a primeira dose contra a covid-19, é necessário voltar para tomar a segunda. Confira no seu cartão de vacina a data de retorno e não perca o prazo. Lembre-se: mesmo com o avanço da vacinação, você precisa continuar se cuidando. Use máscara sempre que sair de casa e não participe de aglomerações.

